



Índice

- 01** Eletrobras tem 60 dias para levar energia elétrica à comunidade quilombola
- 02** RONDÔNIA: 10 ANOS SEM APOENA MEIRELES
- 03** Encontro define Plano de Desenvolvimento Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
- 04** Índios fecham BR-101, em Itamaraju, em protesto contra prisão de pataxó
- 05** SP inclui gay e índio entre prioritários no programa "Minha Casa, Minha Vida"
- 06** Índio suspeito de desaparecimento de agricultor é preso; pataxós protestam
- 07** Prefeitura apoia produção em aldeias indígenas de Dourados
- 08** Movimentos recomendam temas de interesse social à Comissão da Verdade
- 09** Ibama flagra extração ilegal em área indígena e apreende 1,3 mil toras em MT
- 10** Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral é tema do importante Manual de Atuação lançado pela 6ª Câmara do MPF (para baixar)
- 11** Embratur promoverá Jogos Mundiais Indígenas em feira de turismo londrina
- 12** Ibama flagra grupo criminoso extraindo madeira de terra indígena
- 13** Selo homenageia cultura indígena brasileira
- 14** Indígena é encontrada morta com várias perfurações no corpo em MS



- 15 Nota de repúdio contra a prisão do Cacique Wélton Suruí
- 16 Prefeitura de Coité lança programa de rádio sobre a Comunidade Quilombola do Maracujá
- 17 Carta Aberta dos povos indígenas Kaingang e Guarani do RS à presidente da República
- 18 Acusado de decapitar homem em reserva indígena é preso
- 19 Lideranças Kaingang e Guarani se posicionam contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena
- 20 Mulher nua encontrada com 35 facadas era liderança e lutava por causa indígena
- 21 I Seminário de Cerâmica Indígena do MI
- 22 Professores indígenas incentivam jovens
- 23 Candidatos negros e índios ao concurso da AEM/MS realizam hoje entrevista
- 24 Documento final do 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena
- 25 Indígena permanece em árvore há mais de 24 horas
- 26 Justiça Federal dá prazo de 15 dias para Funai continuar demarcação da Terra Sawré Muybu
- 27 Assassinada liderança Guarani Kaiowá Marinalva Manoel
- 28 CPT denuncia paralisação da Reforma Agrária em carta à Dilma Rousseff
- 29 Amigos de quilombola de Rio dos Macacos assassinado fazem marcha de protesto
- 30 Povos Indígenas: "Não queremos toda a América do Sul de volta"



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

-
- 31** [Brasil sediará em 2015 a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas](#)
 - 32** [Prefeitura apoia curso sobre Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Eletrobras tem 60 dias para levar energia elétrica à comunidade quilombola
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 31.10.2014

Comunidade quilombola Santo Antônio não têm energia elétrica adequada e corre riscos pela falta de serviço profissional

O diretor-presidente da Eletrobras Distribuição Rondônia, Luiz Marcelo Reis de Carvalho, deverá adotar medidas para fornecer energia elétrica à comunidade quilombola Santo Antônio, localizada em São Francisco do Guaporé (RO). O Ministério Público Federal (MPF) em Ji-Paraná fixou o prazo de 60 dias para a execução das medidas e 15 dias para medidas paliativas a fim de evitar riscos aos moradores.

Em investigação feita pelo MPF, foi constatada que na comunidade quilombola não há rede adequada de energia elétrica e que as atuais instalações de rede geram riscos aos quilombolas. Para o MPF, a falta de serviço adequado de energia dificulta a execução de políticas públicas.

O procurador da República Henrique Heck afirma que a situação vivida pelos quilombolas é contrária aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. "Entre as metas da Política, estão a implantação de infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais; a garantia de acesso a políticas públicas sociais e participação de representantes desses povos nas instâncias de controle social; entre outras", disse o procurador.

O diretor-presidente, Luiz Marcelo Reis, tem 10 dias para responder se acatará a recomendação do MPF e apresentar o cronograma dos serviços a serem executados na comunidade Santo Antônio.

Fonte: MPF/RO (www.prro.mpf.gov.br)



RONDÔNIA: 10 ANOS SEM APOENA MEIRELES

SÍTIO TUDO RONDÔNIA 2014, 31.10.2014

[...]. Eu prefiro morrer lutando ao lado dos índios em defesa de suas terras e seus direitos do que viver para amanhã vê-los reduzidos a mendigos em suas terras. Apoena Meireles

Na noite de 9 de outubro de 2004 o Brasil perdeu um dos maiores indigenistas brasileiros, o sertanista Apoena Meireles, na época com 55 anos, referência significativa de trabalho e luta junto aos Povos Indígenas do Brasil - a face respeitosa do branco, do outro, enfim, do estado brasileiro para com a diferença indígena conforme síntese de Betty Mindlin e Mauro Leonel (2007) expressos no belo texto: Apoena Meireles 1949-2004 - uma grande perda frente à lei das mineradoras, em dois momentos do indigenismo.

As aproximações de Apoena com os índios é marcada a partir de sua autobiografia: seu nascimento se deu em uma aldeia indígena no Mato Grosso onde seu pai, o respeitado Francisco Meireles atuava; seu nome, na língua do Povo Xavante significa, "homem que enxerga longe", homenagem a uma grande liderança desta etnia de acordo com Lilian Newland, organizadora do livro com mesmo título publicado em 2007 em parceria com Aguinaldo Araújo Ramos.

No ano de 2004, Apoena Meireles conforme a mídia local, foi alvejado com três tiros de revólver, numa provável tentativa de assalto, que provocaram sua morte quando saía de um caixa eletrônico do Banco do Brasil, em Porto Velho, Rondônia. Seu assassino tinha 17 anos, foi preso, mas conseguiu fugir. Em 2008, a Folha de Rondônia deu notícias dele, estava com 21 anos. Este fato repercutiu e provocou constrangimento junto ao movimento indígena, indigenista e ao movimento da criança e do adolescente considerando as complexas temáticas aí envolvidas.

O assassinato de Apoena embora considerado como latrocínio – roubo acompanhado de morte – ainda é visto como possível crime de encomenda, em função de duas razões: a desconfiança se ancora em elementos da própria história de Rondônia, cujos registros evidenciam eventos de pistolagem traduzidos em eternos casos sem solução, materializado na clássica pergunta local: quem matou Olavo Pires? E articulado ao primeiro motivo, em função de que Apoena era o coordenador da "Operação Roosevelt", implantada em setembro de 2004 como medida decorrente do conflito envolvendo 29 garimpeiros em Espigão do Oeste, cujo objetivo era reduzir as tensões no território Cinta Larga assegurando a integridade dos índios a partir da proibição de acesso neste espaço rico em minérios com destaque para as jazidas de diamantes, além de estudar mecanismos de regulamentação de exploração mineral nas Terras Indígenas, expresso no PL 1610/1991.

CONT.



Apoena Meireles foi um servidor público no melhor cumprimento do termo. Dentre outros trabalhos, destacou-se no estabelecimento de contatos com os Suruí (1969), Uru Eu Au Au (1981) em Rondônia, além dos Zoró do Mato Grosso(1977) e Cinta Larga (1978) dos dois estados. Em conversa com alguns indígenas eles reclamam do tratamento que recebem atualmente por funcionários públicos dos órgãos que atuam especificamente com as etnias, relatando a distancia entre a prática e atuação de servidores como Apoena e Francisco Meireles e o pessoal da atualidade, que pouco dialogam com eles.

Como chefe da FUNAI – Fundação Nacional do Índio teve coragem para enfrentar o poderio missionário em 1981 nas aldeias. Apoiou a decisão do Povo Gavião Ikolen de Ji-Paraná ao providenciar a retirada dos religiosos protestantes da área indígena, após a divisão interna provocada pela realização da festa tradicional de 1978.

Foi presença efetiva na defesa das sociedades indígenas praticamente recém contatadas em Rondônia que do dia para a noite viram seus territórios tradicionais serem invadidos sem o tempo necessário para compreenderem as razões deste processo, conforme documenta Edilson Martins, no livro, “Nossos índios, nossos mortos”: “Posto Indígena Rio Roosevelt-RO, o sertanista Apoena Meireles está dedicado a difícil tarefa de convencer 200 índios Suruí de que – embora cercados por dois mil posseiros vindos do sul, armados e treinados em anos de invasões de terra - eles devem esperar por alguma coisa que mal podem compreender: a FUNAI, o INCRA, a Polícia Federal e sua justiça”. (1978, p. 189).

A atuação de Apoena pode ser conferida no incrível documentário “Na trilha dos Uru Eu Wau Wau” produzido por Adrian Cowell (1990), um dos audiovisuais que compõe a série A década da destruição. Registra o conflito entre o seringueiro Francisco Prestes e os Uru-Eu-Wau-Wau. Na ocasião, lutava apesar das precárias condições da FUNAI na dura tarefa de proteger os índios dos conflitos fundiários ocasionados pelo avanço das frentes de migração e depois dos preconceitos.

O sertanista foi enterrado no Rio de Janeiro com a presença daqueles que mais defendeu em toda a sua vida, os índios. As homenagens que marcaram o seu funeral, na ocasião protagonizado pelos Xavante, seguem Brasil a fora, seja por meio de realização de festa tradicional feita para ele como o Mapimaí dos Paiter Suruí, povo que ajudou a contactar em 1969 ou dos vários Apoenas da atualidade – crianças e adolescentes indígenas, que com seus nomes materializam a presença do indigenista nas aldeias de Rondônia e Mato Grosso.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Encontro define Plano de Desenvolvimento Comunidades Tradicionais de Matriz Africana

SÍTIO MARANHÃO 180, 31.10.2014

Representantes de povos e comunidades tradicionais de Matriz Africana se reuniram, nesta sexta-feira (31), em São Luís, em audiência pública, para discutir o I Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

A secretária de Estado de Igualdade Racial, Claude Ribeiro, abriu os trabalhos que contou com as participações de representantes das secretarias da Saúde, Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Agricultura, Cultura; de organizações da sociedade civil: Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde/Maranhão, Fórum Estadual das Religiões de Matriz Africana, Federação de Umbanda do Maranhão; e ainda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Publicado Por: Igor Leonardo

Índios fecham BR-101, em Itamaraju, em protesto contra prisão de pataxó
SÍTIO GLOBO.COM, 31.10.2014

*Manifestantes bloquearam os dois sentidos da rodovia, segundo a PRF.
Índio é suspeito de envolvimento no desaparecimento de produtor rural.*



Raimundo Domingues Santos
desapareceu no dia 9 de agosto
(Foto: Imagens / TV Bahia)

Índios bloquearam por cerca de duas horas um trecho da BR-101 na cidade de Itamaraju, na região sul da Bahia, no final da tarde desta sexta-feira (31), em protesto contra a prisão de um pataxó suspeito de envolvimento no desaparecimento do produtor rural Raimundo Domingues Santos, de 55 anos.

Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o protesto teve início por volta das 17h e só terminou às 19h, após os índios se dispersarem.

O índio pataxó foi capturado nesta sexta pela Polícia Federal, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça Federal de Eunápolis. A prisão ocorreu na Fazenda Brasília, no distrito de Montinho, em Itabela. De acordo com a polícia, houve resistência, e os agentes precisaram usar bombas de gás para sair do local, porque os índios estavam impedindo a passagem dos carros.

O produtor rural foi visto pela última vez na fazenda dele, perto de Montinho, no dia 9 de agosto. A propriedade dele está ocupada por pataxós desde março. No início deste mês, a Polícia Federal prendeu, no município de Teixeira de Freitas, a 689 quilômetros de Salvador, outro homem acusado de envolvimento no sequestro e cárcere privado do produtor.

Caso

O delegado da Polícia Federal de Porto Seguro, no sul da Bahia, Eriosvaldo Renovato, disse à época que o produtor rural Raimundo Domingues Santos, que sumiu e que estaria sendo mantido refém, não foi encontrado nas buscas feitas na Fazenda Brasília, localizada entre as cidades de Itamaraju e Porto Seguro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Núbia Alves dos Santos, filha do fazendeiro, acusou índios de terem sequestrado o fazendeiro. De acordo com ela, o pai teria recebido um comunicado de um cacique, no dia 8 de agosto, para buscar animais e pertences que estavam na fazenda ocupada pelos índios. Ao chegar no local, ele foi feito refém.

Segundo o delegado, um vaqueiro que foi mantido refém junto com Raimundo, mas que conseguiu fugir, disse em depoimento que o crime foi cometido por índios da região. "Entretanto, não podemos confirmar a informação", destacou o delegado.

De acordo com Núbia, existe um conflito entre indígenas e fazendeiros desde o início do ano por posse de terras na região. O vaqueiro que acompanhava o fazendeiro informou que cerca de 30 homens armados com revólveres, pistolas e espingardas sequestraram o produtor.

Em depoimento, o vaqueiro relatou que conseguiu fugir pelo mato e andou 14 km até conseguir ajuda com moradores que o levaram até o município de Itamaraju. Segundo a polícia, o vaqueiro também informou que o local onde ocorreu o crime é uma invasão e não uma reserva indígena.



SP inclui gay e índio entre prioritários no programa “Minha Casa, Minha Vida”

SÍTIO PORTAL VOX, 31.10.2014

Medida foi publicada no “Diário Oficial” do município.

A Prefeitura de São Paulo aprovou critérios adicionais para a seleção de beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida. A partir de agora também estão entre os grupos prioritários gays e bissexuais em situação de violência doméstica, titulares transexuais ou travestis, além de titulares negros ou índios.

Os novos grupos, publicados no “Diário Oficial” da cidade, complementam os critérios nacionais que já priorizavam famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Pela nova resolução, também passam a incluir o grupo prioritário titulares com mais de 60 anos e pessoas oriundas de situação de rua. Em todos os casos, haverá comprovação da situação de vulnerabilidade social com a apresentação de documento, atestado da rede de saúde ou assistência social e autodeclaração de gênero, dependendo do caso.

As moradias construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida seguem um critério de destinação de 3% a idosos e 3% a deficientes. A seleção dos demais candidatos prioriza a quantidade de critérios nacionais e adicionais, o que determina a separação em dois grupos, que passam em seguida pelo sorteio.

Desde o início do programa Minha Casa Minha Vida, a Caixa Econômica Federal entregou 28.962 moradias na capital paulista e está construindo outras 34.813. Cada unidade para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600 custa até R\$ 76 mil.



Índio suspeito de desaparecimento de agricultor é preso; pataxós protestam
SÍTIO CORREIO, 31.10.2014

O índio foi preso nesta sexta pela Polícia Federal depois de mandado de prisão expedido pela Justiça Federal de Eunápolis

Um grupo de índios bloqueou no final da tarde desta sexta-feira (31) o trecho de Itamaraju da BR-101. Eles protestam contra a prisão de um pataxó suspeito de estar envolvido no desaparecimento do produtor rural Raimundo Domingues Santos, 55 anos.

O índio foi preso nesta sexta pela Polícia Federal depois de mandado de prisão expedido pela Justiça Federal de Eunápolis. Outro índio suspeito pelo crime já foi preso neste mês em Teixeira de Freitas, também no sul da Bahia. A PF ainda não localizou o produtor rural.

O protesto durou das 17h às 19h, segundo a Polícia Rodoviária Federal.

Desaparecimento

Uma família da cidade de Porto Seguro, no sul da Bahia, acusa um grupo de índios de ter sequestrado um fazendeiro. Segundo a denúncia, cerca de 30 pessoas invadiram uma fazenda e levaram Raimundo Domingues Santos, 54 anos, como refém.



Prefeitura apoia produção em aldeias indígenas de Dourados

SÍTIO DOURADOS AGORA, 31.10.2014

De acordo com o Procurador da República Rafael Ribeiro Rayol os processos de licenciamento ambiental do empreendimento foram elaborados pela Semace, quando deveriam ter sido realizados pelo Ibama

MPF/CE

O Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) recomendou, nesta sexta-feira, 31 de outubro, à Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (Semace) a suspensão imediata da vigência das licenças ambientais da obra do Cinturão das Águas do Estado do Ceará, assim como do Plano de Trabalho referente à compensação ambiental, no prazo de 30 dias. De acordo com o MPF, todas as licenças ambientais relativas às cinco etapas do primeiro trecho do Cinturão das Águas foram realizadas por órgão ambiental que não detinha atribuição para tanto.

Na recomendação, o procurador da República Rafael Ribeiro Rayol, do MPF em Juazeiro do Norte, recomenda ainda que a Semace, após a anulação, encaminhe os processos de licenciamento ambiental do trecho 1 – Jati/Cariús – do Cinturão das Águas, incluindo o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), à Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Ceará, para que seja iniciado novo processo de licenciamento ambiental da obra. O procurador recomenda ainda que o órgão deixe de movimentar os recursos públicos destinados à compensação ambiental do empreendimento, que já se encontram depositados em conta específica.

O MPF também aponta que, por suprimir vegetação do Bioma Mata Atlântica, a compensação ambiental da obra do Cinturão das Águas deve destinar área equivalente à extensão desmatada, “com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, ou, diante da impossibilidade comprovada da compensação ambiental conforme prevista no dispositivo legal referido, deve ser realizada a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, nas mesmas condições”. No termo de compensação elaborado pela Semace, porém, nada foi observado em relação a Mata Atlântica. Da mesma forma, por afetar duas Unidades de Conservação da União (FLONA e APA do Araripe), a compensação ambiental deve favorecer esses espaços ambientais afetados.

O procurador Rafael Rayol ainda observa que não houve, no processo de licenciamento ambiental, manifestação explícita da Fundação Nacional do Índio (Funai) acerca da realização do empreendimento e seus impactos às comunidades indígenas envolvidas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Com a medida, as obras do Cinturão das Águas devem ser paralisadas, até que o Ibama – órgão ambiental competente para licenciar o empreendimento -, expeça as devidas autorizações. Na recomendação, o procurador Rafael Ribeiro Rayol estabeleceu o prazo de 10 dias para que a Semace se manifeste sobre o documento. A depender da posição adotada pela Superintendência, o MPF adotará medidas judiciais.

Fique por dentro - Recomendações são um dos tipos de instrumentos de atuação utilizados pelo Ministério Público. Elas são enviadas a órgãos públicos para que eles cumpram determinados dispositivos constitucionais ou legais. Os órgãos públicos não estão obrigados a atender as recomendações, mas ficam sujeitos a medidas judiciais em função dos atos indevidos.



Movimentos recomendam temas de interesse social à Comissão da Verdade
SÍTIOCOMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.10.2014

Da Página do MST

No final deste ano, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgará seu relatório que representa o resgate histórico e a investigação de violações de direitos humanos ocorridas no Brasil por agentes do Estado entre os anos 1946 e 1988.

Baseado nisso, organizações e movimentos sociais enviaram à CNV uma carta com sugestões de elementos fundamentais para o avanço das pautas sociais no Brasil.

Dentre as sugestões estão o enfrentamento da impunidade com a revisão da Lei de Anistia. Os movimentos entendem que essa revisão é um passo importante para que a justiça possa ser feita e para que sejam julgados os torturadores e apoiadores da ditadura.

A desmilitarização da polícia que, com uma estrutura precária e despreparada, comete abusos, em especial nas periferias, também foi pontuada. O texto diz que a desmilitarização e a construção de uma nova lógica de segurança pública em nosso país são urgentes.

A reforma política, assunto que ganhou força com a reeleição da presidenta Dilma Rouseff, também foi pontuada. A submissão de nossa democracia ao poder econômico e aos grandes meios de comunicação foi atrelada diretamente ao congresso ultra-conservador, que assumirá em 2015.

O enfrentamento ao conservadorismo com índices elevados de assassinatos LGBT's e a violência sofrida diariamente por milhares de mulheres no país, bem como a democratização da mídia, fecham a lista de prioridades que devem ser constantemente dialogadas com os setores da sociedade.

Os movimentos que assinam a carta entendem que os fatores citados são primordiais para que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária possa, enfim, sair do papel.

Abaixo, confira a carta na íntegra:

CARTA A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

No final deste ano, a Comissão Nacional da Verdade deve divulgar seu relatório final, que representa um importante trabalho para o resgate da história do no nosso país. Essa

CONT.



reconstrução significará um passo importante para enfrentar os fantasmas da ditadura, que assombram nossa atualidade. As recomendações do relatório devem ser tratadas com seriedade pelo Estado brasileiro para que avancemos na construção democrática do nosso país.

Como organizações representativas da juventude brasileira estabelecemos esse diálogo, sugerindo alguns elementos que consideramos fundamentais:

1. Enfrentar a impunidade com revisão da Lei de Anistia: Uma parcela significativa da violência de hoje ocorre porque existe uma cultura de impunidade em nosso país. É necessário dar um basta nisso, e a revisão da Lei da Anistia é um passo importante para isso para que a justiça possa ser feita e sejam julgados os torturadores e apoiadores da ditadura.
2. Resgatar nossa história, fortalecer nossa memória: renomear todas as ruas, parques, praças, escolas, túneis, pontes, viadutos, cidades etc, que hoje se utilizam do nome de gente que esteve envolvido ou apoiou a ditadura (sejam militares ou civis). Nada melhor para fazer justiça à nossa história do que a renomeação de tudo isso, com os nomes daquelas e daqueles que morreram na luta por liberdade e democracia.
3. Desmilitarizar a polícia: na periferia, atingindo a juventude, em especial, pobre e negra a polícia militar ainda mata e tortura. Sua estrutura, formação e funcionamento não se alteraram com o fim da ditadura. Não aceitamos o genocídio da juventude negra que é feito no nosso país. A desmilitarização e a construção de uma nova lógica de segurança pública em nosso país são urgentes.
4. Democratizar a mídia: A ditadura contribuiu para a concentração dos meios de comunicação brasileiros nas mãos de poucas famílias, inclusive, famílias que apoiaram o golpe de 64. A mídia deve ser plural como é a sociedade brasileira, e abarcar a diversidade de pensamentos e manifestações criativas de todo o povo. Democratizar os meios de comunicação é fundamental para aprofundar a democracia em nosso país.
5. Reforma Política: O sistema político atual é uma herança da ditadura. Hoje nossa democracia é submissa ao poder econômico e aos grandes meios de comunicação. Não é por acaso que temos um congresso ultra conservador eleito para o próximo pleito. Uma verdadeira democracia é quando o povo decide seus candidatos, num sistema que fortalece o debate político sobre os rumos do país, e não quando ganha quem tem mais dinheiro e apoio dos meios de comunicação. Acreditamos que só uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, poderá consolidar e ampliar a democracia em nosso país.
6. Enfrentamento ao conservadorismo que se disfarça de "moral e bons costumes": Os altos índices de assassinatos LGBT's, assim como a deliberada violência que as mulheres sofrem cotidianamente no Brasil demonstram uma triste realidade. A ditadura contribuiu para o fortalecimento desse conservadorismo ao transformar em lei o respeito à "moral e os bons costumes". Sabemos que por trás dessa pretensa moral e bons costumes se esconde uma concepção heteronormativa de família, com o homem provedor, a mulher submissa, sobrecarregada por ser a única cuidadora do desvalorizado trabalho doméstico, e uma série de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

outras subjetividades que contribuem para o fortalecimento do machismo e da homofobia em nosso país.

Essas são as recomendações que acreditamos devam ser sugeridas ao estado brasileiro para que a juventude sofra cada vez menos com a nefasta influência deixadas por anos tão sombrios.

Assinam esta carta:

- Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal - ABEEF
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT
- Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB
- Coletivo Político Quem
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
- Consulta Popular
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF
- Fora do Eixo
- Juntos!
- Juventude do PT - Partido dos Trabalhadores
- Juventude da CUT - Central Única dos Trabalhadores
- Juventude Socialismo e Liberdade - JSOL
- Levante Popular da Juventude
- Marcha Mundial de Mulheres - MMM
- Margens Clínicas
- Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
- Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
- Midia Ninja
- Nação Hip Hop Brasil
- Pastoral da Juventude Rural - PJR
- Rede Ecumênica da Juventude - REJU
- RUA - Juventude Anticapitalista
- Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA
- União da Juventude Rebelião - UJR
- UNEAFRO Brasil
- União Nacional dos Estudantes - UNE

Ibama flagra extração ilegal em área indígena e apreende 1,3 mil toras em MT
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.10.2014

Operação foi realizada na área indígena Apiaká-Kayabi, na região de Juara. Quatro pessoas foram presas e o valor de R\$ 2 milhões em multa aplicado.



Flagrantes ocorreram ao longo do mês de outubro na região de Juara (Foto: Assessoria/Ibama-MT)

Mais de 1,3 mil toras de madeira, maquinários e equipamentos agrícolas foram apreendidos por fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), na área indígena Apiaká-Kayabi, localizada na região de Juara, a 690 km de Cuiabá. De acordo com a assessoria do Ibama, quatro pessoas foram detidas em flagrante no local em uma operação no município durante o mês de outubro após suspeita de que a área servia como ponto de extração ilegal de madeira.

Foram apreendidos cinco caminhões, uma pá carregadeira, dois tratores de pneus, um trator de esteira, duas caminhonetes e duas motocicletas. Também cinco motosserras, duas armas e munições de vários calibres. Segundo o Ibama, os motoristas instalaram rádios nos caminhões e nos tratores para se comunicarem com membros da quadrilha alertando sobre o monitoramento dos fiscais na região. Dessa forma, conforme o chefe de fiscalização em Juína, Edilson Fagundes, a equipe realizou campanha pela estrada de acesso que fica nos fundos da área indígena. "Quando a quadrilha foi alertada, as viaturas já estavam no interior da terra indígena", relatou.

Porém, cinco caminhoneiros que estavam no local, juntamente com o responsável pela retirada da madeira, conseguiram fugir pela mata ao perceberem a chegada dos agentes. Outros quatro que também estavam na área foram detidos. Todos os equipamentos apreendidos foram encaminhados ao pátio do Ibama em Juína, cidade a 737 km da capital.

Ainda foram aplicados quase R\$ 2 milhões em multas, valor oriundo de autuações feitas pelos fiscais ao proprietário da área vizinha à terra indígena e aos donos dos maquinários, que foram

CONT.



identificados posteriormente. A assessoria do Ibama informou que as investigações continuam para verificar a suspeita de envolvimento de empresários do ramo madeireiro em Juara e no interior de São Paulo. Até o momento não há indícios de participação de indígenas no esquema de extração ilegal.

Fiscais montaram campana em área indígena após denúncia (Foto: Assessoria/Ibama-MT) Fiscais montaram campana em área indígena após denúncia (Foto: Assessoria/Ibama-MT)

Cinta Larga

Em outra operação do Ibama, no mês de outubro, com o apoio da Polícia Militar Ambiental do estado, na terra indígena Aripuanã, da etnia Cinta Larga, também foi flagrada extração de madeira ilegal. Os fiscais encontraram um trator florestal, uma pá carregadeira e uma motocicleta. Os motoristas que estavam no local conseguiram fugir, no momento em que os fiscais chegaram.

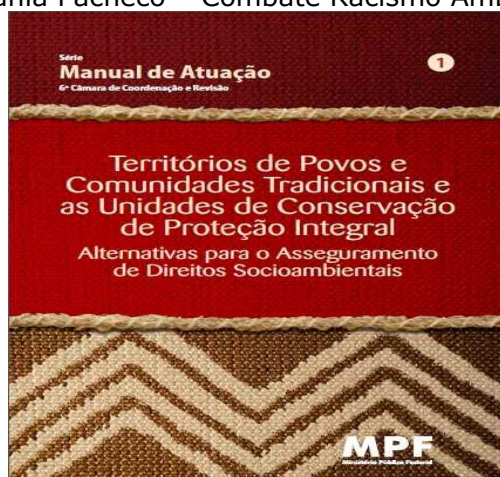
De acordo com a assessoria do Ibama, a exploração de madeira era realizada rapidamente, não havia estoque na mata. Somente os tocos foram encontrados junto às trilhas de arraste. A retirada de madeira da terra indígena Aripuanã, na região conhecida como Pavorosa, no município de Aripuanã, distante 976 km de Cuiabá, já havia sido constatada no ano de 2013. Os fiscais tentaram rastrear a madeira para identificar as empresas envolvidas no esquema, entretanto, os equipamentos, como as câmeras e rastreadores, foram localizados e destruídos pelo grupo criminoso. Além disso, os agentes foram cercados e ameaçados pelos índios quando estavam saindo da área.



Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral é tema do importante Manual de Atuação lançado pela 6ª Câmara do MPF (para baixar)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 1.11.2013

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental



Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais é o título do Manual de Atuação 1, lançado pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. O trabalho foi desenvolvido por Eliane Simões e Deborah Stucchi, junto à Procuradora Maria Luiza Grabner, coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Quilombos.

A iniciativa é da maior importância, uma vez que não é apenas com ruralistas, mineradoras e megaprojetos que povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais têm que lutar para garantir seus direitos

ao território. A miopia conservacionista presente em parte dos órgãos públicos que lidam com o meio ambiente muitas vezes transforma-os em problemas equivalentes. Brasil afora, são inúmeros os conflitos que têm como origem a demarcação de áreas de proteção integral sem levar em conta que elas só mereceram essa atenção exatamente porque os povos e comunidades que nelas vivem e com elas têm relação visceral as preservaram. E, em lugar de criar condições para que eles continuem a fazê-lo, o que vemos muitas vezes é a pressa de expulsá-los, sob a falácia da intocabilidade da natureza.

Se isso já é absurdo do ponto de vista da lógica, é também ilegal do ponto de vista jurídico, nacional e internacionalmente. Da Constituição de 1988 à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, passando por vários outros documentos legais, os direitos desses povos e comunidades ao seu território devem e têm que ser respeitados. Como lamentavelmente isso cada vez menos acontece, o que vemos é a elogiável presença do Ministério Público Federal às voltas com repetidas ações e processos na defesa dessas populações, por todo o País. E ainda bem que o MPF existe, e o da 6ª Câmara em particular.

Este primeiro Manual de Atuação tem por propósito, como está dito na Apresentação, "contribuir com os Membros do Ministério Público Federal (MPF) no esforço de sistematização

CONT.



de informações e na aplicação de sugestões práticas, baseadas na perspectiva da conciliação de interesses, visando apoiar a condução de procedimentos em que se verifique o enfrentamento do desafio da compatibilização de direitos”. E mais:

Pretende-se que seja útil aos Membros do MPF que enfrentam no cotidiano institucional a demanda por manejo de disputas por direitos decorrentes da afetação de territórios tradicionais ocupados por povos indígenas, quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais, pelas Unidades de Conservação federais de proteção integral, especialmente relativos às alternativas de negociação e mediação de conflitos.

As reações potencialmente críticas de órgãos ambientais, relatadas pelos Membros do MPF em grande parte dos estados brasileiros, a repelir ou a dificultar a presença desses povos tradicionais em áreas protegidas e a relevância dessas mesmas áreas para a perspectiva de futuro dessas comunidades incentivaram a equipe, sob a abordagem abrangente da biologia, da ecologia, da sociologia (leituras interpretativas dos conflitos de uso da terra e dos recursos naturais), da antropologia e do direito, a sistematizar algumas alternativas de enfrentamento”.

Se é inegável o valor do trabalho das autoras do Manual, sistematizando leis e informações para apoiar os trabalhos dos Procuradores da República na defesa dessas populações, é também fundamental esclarecer a importância do Preâmbulo que o precede. Dos quatro tópicos que o compõem, três preparam objetivamente o leitor para o material que seguirá. São eles o Resumo das Premissas; os Princípios Jurídicos e Marcos Regulatórios; e um Glossário Mínimo. Antes, entretanto, temos um primeiro texto que alicerça o mirante a partir do qual o trabalho será desenvolvido – “Reflexões Visando à Solução Jurídica Conciliatória em caso de Conflito de Direitos”.

O que ele nos oferece (e digo nós pois considero que ele é de interesse de todas as pessoas ligadas à defesa dos direitos dessas populações) são, mais que reflexões, instigações à luz do direito, com destaque especial para a Convenção 169, cujo espaço na nossa ordenação jurídica é questionado em passant. A partir delas o que se descortina é o desrespeito às leis por órgãos públicos, no caso específico do Manual restritos ao nível federal. Se o ICMBio é obrigatoriamente um dos protagonistas deste cenário, impossível esquecer a Advocacia-Geral da União, com a sua famigerada Portaria 303. E o texto é direto e esclarecedor na sua análise, denunciando a “impropriedade” de portarias e decretos, assinados em total confronto com leis maiores – a Convenção 169 e, até, a própria Constituição.

Finalmente, a visão de mundo que rege as convida os leitores a irem além da discussão jurídica, transformando as relações a serem estabelecida com essas populações “de conflitos em oportunidades no cenário de implantação e gestão de Unidades de Conservação com presença de povos e comunidades tradicionais”. Resisto à tentação de ir mais longe, pois muito mais importante é disponibilizar o endereço de onde Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais pode ser baixado: [AQUI](#).

Parabéns às autoras e à 6ª Câmara do MPF; que venham outros Manuais como este. Para @s demais, boa leitura!



Embratur promoverá Jogos Mundiais Indígenas em feira de turismo londrina
SÍTIO R7 ESPORTES, 01.11.2013

A Embratur divulgará a partir da semana que vem a organização da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, no World Travel Market, um dos maiores encontros de turismo do planeta, que acontecerá em Londres, informou a entidade em comunicado. Depois da Copa do Mundo e antes dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil está se preparando para um novo grande evento esportivo, que acontecerá em setembro de 2015 em Palmas, no Tocantins, com participação de 2 mil atletas de 30 diferentes países, além de representantes de 22 etnias brasileiras.

"Realizar os Jogos Mundiais Indígenas é uma oportunidade para mostrar ao mundo toda a diversidade do Brasil, além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas e promover outros segmentos do Turismo como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura", disse o presidente da Embratur, Vicente Neto. Entre as modalidades que serão disputadas estão tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, futebol de campo, xikunahati (futebol de cabeça), natação e atletismo.

A Embratur começará a promoção dos Jogos Mundiais Indígenas na WTM, que acontece na próxima semana em Londres e reúne cerca de 50 mil visitantes. Além disso, o instituto vai incorporar o evento nas demais feiras e ações que serão realizadas até o início da competição, em setembro de 2015. "O apoio da Embratur é fundamental para o sucesso dos Jogos. Todo o estado de Tocantins tem um enorme potencial turístico que precisamos promover, além dos já conhecidos Jalapão e o artesanato com capim dourado. Temos cidades históricas e inúmeros locais para o turismo de aventura", afirmou o prefeito de Palmas, Carlos Amastha. EFE cm/bg

Copyright Efe - Todos os direitos de reprodução e representação são reservados para a Agência Efe



Ibama flagra grupo criminoso extraindo madeira de terra indígena
SÍTIO OLHAR DIRETO, 1.11.2014

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) durante o mês de outubro realizou várias ações de fiscalização ambiental nas terras indígenas de Mato Grosso. Em uma operação realizada na Terra Indígena Apiaká-Kayabi, localizada no município de Juara (distante 690 km de Cuiabá), com o apoio da Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso, foi flagrada extração ilegal de madeira. O esquema criminoso se valia de estrutura invejável para furtar a madeira da União. Foram apreendidos cinco caminhões bitrem, uma pá carregadeira, dois tratores de pneus, um trator de esteira, duas caminhonetes e duas motocicletas.

Os infratores dispunham, nos caminhões e nos tratores, de rádios instalados para comunicação entre os membros da quadrilha alertando para a presença do Ibama. Somente foi possível o flagrante devido à movimentação da equipe de fiscais pela madrugada e por estrada de acesso pelos fundos da área. "Quando a quadrilha foi alertada, as viaturas já estavam no interior da terra Indígena", informa o chefe da fiscalização em Juína, Edilson Fagundes. "Com base em dados do Núcleo de Inteligência, nossa equipe fez campana e atacou no momento exato", completou.

No local, ainda foram apreendidos 1.351 m³ de madeira em toras, cinco motosserras, duas armas longas e munição de vários calibres. Quatro pessoas foram detidas no local. Todos os equipamentos foram apreendidos e encaminhados ao pátio do Ibama em Juína. Além das apreensões, já foram lavradas oito autuações ao proprietário da área vizinha à terra indígena e aos proprietários dos maquinários. As multas somadas ultrapassam R\$ 2 milhões.

As investigações continuam para verificar-se o grau de envolvimento de empresários do ramo madeireiro em Juara e no interior de São Paulo. Não há indícios de participação de indígenas no esquema uma vez que a extração era realizada numa extremidade desabitada da terra indígena.

"Os responsáveis pelo crime terão contra si, além das multas, a mão pesada da Justiça Federal", disse o superintendente do Ibama em Mato Grosso, Marcus Keynes. "Atualmente, o Ibama dispõe de uma equipe de agentes altamente treinados somente para tratar de casos de crimes ambientais em terras da União (assentamentos do Incra, unidades de conservação e terras indígenas)", concluiu.

Terra Indígena Cinta Larga

Em outra operação do Ibama, também com o apoio da Polícia Militar Ambiental do Estado de Mato Grosso, realizada na Terra Indígena Aripuanã, da etnia Cinta Larga, foi flagrada extração

CONT.



de madeira ilegal. Foram apreendidos um trator florestal Skyder de pneus, uma pá carregadeira e uma motocicleta. Os infratores se evadiram quando perceberam a presença da fiscalização.

A exploração de madeira era realizada rapidamente, não havia estoque de madeira na mata. Somente os tocos foram encontrados junto às trilhas de arraste. Percebeu-se que era dada prioridade para as árvores maiores e de espécies valorizadas pelo mercado.

A retirada de madeira da terra indígena Aripuanã, na região conhecida como Pavorosa, no município de Aripuanã (distante 976 km de Cuiabá), já havia sido constatada no ano de 2013. O Ibama tentou, naquele ano, rastrear a madeira para identificar as empresas envolvidas no esquentamento de madeira da terra indígena, entretanto os equipamentos (câmeras e rastreadores) foram localizados e destruídos pelo grupo criminoso e os agentes foram cercados e ameaçados pelos índios quando estavam saindo da área.

“Infelizmente, há participação de alguns indígenas na destruição da floresta, como foi mostrado em reportagem de junho do ano passado. Desta vez, nossos agentes foram para tomar medidas drásticas e cessar o dano”, argumentou o superintendente Marcus keynes. “Temendo novo confronto com indígenas e considerando que os responsáveis se evadiram do local, nossa equipe tomou a decisão mais apropriada, prevista em lei, que foi a destruição dos equipamentos”, completou.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Selo homenageia cultura indígena brasileira

SÍTIO JORNAL DIA A DIA, 1.11.2014

Na próxima segunda-feira (3/11), os Correios colocam em circulação a emissão especial dedicada à arte indígena Kusiwa Wajãpi, Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. O selo reproduz uma imagem cedida pelo Conselho das Aldeias Wajãpi Apina, destacando o grafismo próprio dos povos indígenas Wajãpi do Amapá, que sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo. A cerimônia de lançamento será realizada no Auditório do IPHAN, em Brasília, às 14h30.

Katirina Wajãpi assina a arte do selo, que foi finalizado por meio de computação gráfica. A tiragem é de 600 mil unidades e cada peça tem o valor de R\$ 1,30. Os selos desta emissão postal podem ser adquiridos na loja virtual (www.correios.com.br/correiosonline), na Central de Vendas à Distância (centralvendas@correios.com.br) e nas agências dos Correios.



Indígena é encontrada morta com várias perfurações no corpo em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 1.11.2013

*Vítima estava em um barranco às margens da BR-163 em Dourados.
Mulher estava nua e apresentava perfurações no tórax, rosto e pescoço.*

Uma indígena de 25 anos foi encontrada morta na madrugada deste sábado (1º), na BR-163 em Dourados, a 214 km de Campo Grande. Segundo a Polícia Civil, a vítima tinha várias perfurações pelo corpo.

De acordo com o boletim de ocorrência, pessoas que passavam pelo local viram o corpo e acionaram a Polícia Rodoviária Federal (PRF). O corpo em um barranco de aproximadamente quatro metros, às margens da rodovia.

A mulher estava nua, com as roupas próximas ao corpo, e apresentava perfurações na região do tórax, pescoço, rosto e na mão esquerda, que segundo a polícia, indicam que ela tentou se defender.

Nenhum suspeito foi identificado e a polícia investiga as circunstâncias do crime. Um recipiente com bebida alcoólica foi apreendido no local. O caso foi registrado como homicídio doloso.



Nota de repúdio contra a prisão do Cacique Wélton Suruí
SÍTIO CIMI, 2.11.2014

Queremos expressar toda a nossa indignação e repúdio através desta nota perante a prisão do líder indígena Wélton Suruí, cacique da Aldeia Itahy, do Povo Aikewar, conhecidos popularmente como Suruí, que foi preso no dia 29.10.2014, pela Polícia Federal na sede da Coordenação Técnica da FUNAI, em Marabá, por ordem do juiz da 2ª Vara Federal de Marabá, Dr. Heitor Moura Gomes, o qual alega contra o cacique uma série de crimes, quando nem mesmo os inquéritos da Polícia Federal estão conclusos e devidamente embasados para tal.

Para nós, essa prisão é reflexo de um duro e covarde processo de perseguição política, criminalização dos indígenas e das lutas sociais que o Governo Federal, através de seus órgãos repressores, vem promovendo contra todas as lideranças e suas respectivas comunidades indígenas que estão há tempos numa luta permanente para que seus direitos fundamentais sejam garantidos e respeitados, como acesso à saúde específica e de qualidade, conforme determina a própria lei.

Quem conhece sabe que o jovem líder indígena é um homem trabalhador, pai de três filhos, honesto, lutador, defensor dos direitos do seu povo, além de muito conhecido e respeitado na sua região. É profundamente comprometido com o bem comum e a segurança da sua comunidade.

Wélton Suruí é uma liderança indígena que sempre primou pelo diálogo entre os órgãos do estado e todas as comunidades atingidas pela implantação dos grandes projetos nessa parte da Amazônia, sobretudo, promovendo um sério debate em torno do direito da consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas com relação à implantação arbitrária e desrespeitosa de empreendimentos de mineração no entorno dos territórios indígenas.

É verdadeiramente um jovem com espírito coletivo, que está sempre solidário com a luta dos seus parentes em qualquer parte do Brasil. Em outras palavras, queremos dizer que o Wélton Suruí, definitivamente não representa nenhum perigo para a sociedade, conforme alega seus acusadores.

O fato mesmo é que o Wélton está sendo perseguido e processado simplesmente por está à frente do seu povo defendendo os direitos da sua comunidade, negados e negligenciados historicamente pelo Estado Brasileiro, onde nem a Justiça Federal, a Polícia Federal e o MPF fazem absolutamente nada para punir o Serviço Especial de Saúde Indígena (SESAI) pelos crimes de negligência, descaso e abandono no que se refere ao atendimento de saúde para a comunidade do jovem líder.

Enquanto os desmandos de certos diretores da SESAI continuam, torna-se perceptível que os verdadeiros problemas e reivindicações dos povos indígenas são omitidos enquanto que a criminalização é imposta como uma forma de intimidação.

CONT.



Há anos que a comunidade Suruí da Aldeia Itahy reivindica junto à SESAI e aos demais órgãos de justiça a construção de um posto de saúde, a contratação de um técnico de enfermagem, o envio de medicamentos, bem como outros serviços de saúde e, só recebem promessas e informações que procedimentos administrativos e jurídicos foram abertos para apurar os casos.

Enquanto isso, quem sofre com a falta desse serviço são os membros da comunidade Suruí, não as autoridades competentes e, muito menos, os servidores e dirigentes da Sesai na região.

Portanto, ressaltamos que o companheiro Wélton definitivamente não é culpado dos supostos crimes que a SESAI alega que ele cometeu, mas sim, vítima de um perverso processo de omissão, negligência e descaso do Governo Brasileiro para com os direitos dos povos indígenas do Brasil.

É claro para todos que a política de atendimento à saúde indígena é precária e continua matando centenas de crianças no Brasil a fora e mais uma vez, e o Estado não toma providência alguma para mudar essa realidade.

Sendo assim, gostaríamos de chamar a atenção da sociedade, afirmando que, a prisão e os processos jurídicos contra o Wélton Suruí repetem práticas que acontecem por todo país, que perpassa pela Criminalização dos Povos Indígenas e a Criminalização de todos aqueles que lutam e defendem os direitos do povo.

Por isso, REPUDIAMOS novamente a decisão do juiz da 2º Vara Federal de Marabá, o Excelentíssimo Dr. Heitor Moura Gomes, exigimos que a justiça seja feita e, os verdadeiros responsáveis sejam punidos e processados.

ASSINAM ABAIXO ESTA NOTA SEGUINTE ORGANIZAÇÕES:

Cajueiro - Centro de Formação, Assessoria e pesquisa em Juventude
Cartografia Social do Sul e Sudeste do Pará / NCSA
Comissão Pastoral da Terra – Regional Norte 2
Comunidades Eclesiais de Base – CEB's
Conselho Indigenista Missionário – Regional Norte 2
Consulta Popular - Pará
Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense – do Campus Rural de Marabá CRMB/IFPA
Diretório Acadêmicos dos Estudantes da UEPA/Marabá – DA/UEPA Marabá
Diretório Central do Estudante da UNIFESSPA – DCE/Unifesspa
Estudantes do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do Sudeste Paraense – do Campus Rural de Marabá CRMB/IFPA
Fórum Regional de Educação do Campo
Levante Popular da Juventude - LPJ
Movimento Debate e Ação
Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST
Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração – MAM
Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB
Pastoral da Juventude – Regional Norte 2
Pastorais Sociais - Diocese de Marabá
Sindicato dos Professores da UNIFESSPA – SINDIUNIFESSPA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

ASSINAM ESTA NOTA OS POVOS INDÍGENAS:

Aikanã	Apañjekra Canela	Apinajé
Apurinã	Bororo	Gavião
Guajajara e Awa Guajá	Guarani	Guarani Kaiowá
Ikpeng	Irantxe	Kaingang
Kampa	Karajá	Karajá Xambioá
Karitiana	Kaxarari	Kaxixó
Kayabi	Kinikinawa	Krahô
Krahô-Kanela	Krikati	Kulina
Munduruku	Myky	Nikini
Oro Waram	Oro Waran Xijein	Pataxó Hã-Hã-Hãe
Purubora	Suruí	Tapirapé
Tapuia	Tembé	Terena
Tupinambá Pataxó	Xakriabá	Xerente
Yanomami		



Prefeitura de Coité lança programa de rádio sobre a Comunidade Quilombola do Maracujá

SÍTIO DIÁRIO SO SISAL, 2.11.2014



A Secretaria de Comunicação e Relações Institucionais de Conceição do Coité lançou sexta-feira (31/10), uma série de programas sobre a Comunidade Quilombola do Maracujá, a 18 km da sede. A proposta do programa "Somos Quilombola" é apresentar a história, a cultura e as conquistas da comunidade composta por pessoas afros-descendentes.

A idéia é chamar a atenção da região para a importância deste ato que será realizado terça-feira, 4. Devido às suas características tão peculiares, como, por exemplo, o fato de seus habitantes viverem isolados, e de forma quase primitiva, esse povoado está sendo alvo de alguns estudos por parte de pesquisadores do Departamento de Educação da Universidade do

Estado da Bahia – UNEB, sediado em Coité, e muitos estudantes de universidades de Feira de Santana e Salvador e recentemente foi reconhecido como Comunidade Quilombola.

A programação do ato de certificação será a partir das 13h com a realização da Ciranda da Cidadania, uma iniciativa que leva os serviços da Prefeitura de Coité para as comunidades. "Nossa experiência já é um sucesso. Fomos a diversas localidades e muitos serviços já foram feitos. Esse será mais especial ainda por conta do momento", disse Evânia Carneiro, secretária de Assistência e Desenvolvimento Social.

Às 17h acontece a caminhada saindo do campo de futebol da Vargem para o Maracujá. Às 18h será o ato público com a presença das autoridades. Antes os participantes assistirão a uma reportagem especial. Daí a celebração iniciará com a presença de representantes da Fundação Cultural Palmares que entregará o documento de Certificação do Território Quilombola, com isso haverá a valorização da cultura, preservação dos saberes e da história do povo negro.

A partir da certificação, as famílias que compõem o Maracujá passam a ter acesso aos direitos fundamentais garantidos pelo Governo Federal. Entre eles, melhorias nas áreas de moradia, saúde e educação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Depois acontecerão diversas apresentações culturais: Capoeira, Reisado de Cabaceiras, Reisado de Chapada, Batuque Social, Orquestra de Berimbau e Sambadores de Queimada do Cedro.

O programa de rádio será apresentado até terça-feira dia 4 e está sendo veiculado na Rádio Jacuípe AM 1500 (às 6h50), Vitória FM de Salgadália 104.9 (às 6h50) e na Rádio Regional AM 790 (às 11h10). O arquivo também está disponível na Internet no SoundCloud.

Jornalista Paulo Marcos



Carta Aberta dos povos indígenas Kaingang e Guarani do RS à presidente da República

SÍTIO CIMI, 2.11.2014

"É bom lembrar a Senhora que se fosse por causa desses seus aliados [do agronegócio], a senhora teria perdido as eleições".

Nós lideranças indígenas dos povos Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul, reunidas em Passo Fundo (RS), nos dias 30 e 31 de outubro de 2014, dirigimo-nos respeitosamente a V. Excia., cumprimentando-a pela reeleição, mas especialmente para expor nossas preocupações com a política indigenista imposta no decorrer do seu primeiro mandato e, ao mesmo, apresentar nossas reivindicações, fundamentalmente aquelas que estão em conexão com as normas contidas na Constituição Federal.



Senhora Presidente, as comunidades Kaingang e Guarani que lutam pela demarcação de suas terras tradicionais Re Kuju (Campo do Meio), terras indígenas de Ketyjug Tegtu (Santa Maria, Três Soitas), Rio dos Índios, Xingú, Lajeado do Bugre, Mato Castelhana, Morro do Osso, Passo Grande da Forquilha, Kandóia, Faxinal e Irapuá, Mato Preto, Santa Galo, repudiam a política antiindígena que está em curso no Brasil e que traz como consequência a paralisação dos processos demarcatórios e a criminalização das lutas pela terra e por direitos.

A senhora, ao longo dos últimos quatro anos transformou a Funai num órgão desvinculado de seu governo, tratando-o como estorvo e não dando a ele a capacidade de intervenção e de ação no âmbito de suas atribuições primordiais: a demarcação das terras, sua proteção e fiscalização.

Enquanto isso, senhora presidente, os povos Kaingang, Guarani e as comunidades Quilombolas continuam a viver em situação de acampados e sofrendo ameaças, atitudes de racismo e a consequente falta de atendimento básico que levam a uma situação de miserabilidade.

Tal situação é agravada pela ação de deputados, prefeitos, organizações representativas de agricultores e outros políticos interesseiros que estimulam atitudes preconceituosas e incitam a violência contra os povos. Exemplo claro foi o vídeo que circulou nas redes sociais da internet, com ampla repercussão em outros meios de comunicação onde contém os discursos dos

CONT.



deputados federais Luis Carlos Heinze e Alceu Moreira, que são parlamentares de sua base de apoio. No Rio Grande do Sul muitos candidatos a deputados federais e estaduais se elegeram com discursos igualmente racistas, inclusive veiculados nos programas da propaganda eleitoral gratuita.

A senhora é sabedora de que os direitos indígenas e quilombolas sofrem ataques constantes e não precisaríamos nem estar lembrando isso. Tanto é que solicitou ao Ministério da Justiça suspendesse todas as demarcações de terras. E nós somos sabedores, senhora presidente, que isso ocorreu porque o seu governo sofre pressão destes seus aliados da bancada ruralista no Congresso Nacional, a quem a Senhora agrada a cada ano com bilhões de reais do orçamento público para financiar o agronegócio. É bom lembrar a Senhora que se fosse por causa desses seus aliados, a Senhora teria perdido as eleições.

As terras e territórios aqui no Rio Grande do Sul, estão sendo degradados pelo capitalismo (monoculturas e o uso de agrotóxicos). A única alternativa para proteger e preservar a natureza e seus recursos, Senhora Presidente, é demarcar as nossas terras. Não pedimos nada além daquilo que já deveria ter sido feito pelo seu governo em cumprimento à Constituição Federal, à Convenção 169 da OIT e à Declaração sobre os Povos Indígenas da ONU.

Alertamos que nós somos contra os projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional contra nossos direitos a terra, a exemplo a PEC 215/2000, Portaria 303/2012 e PLP 227/2012. Somos contra qualquer tentativa de alteração dos nossos direitos constitucionais, especialmente os que estão sendo forjados no âmbito do Supremo Tribunal Federal que pretende estabelecer como determinante para as demarcações de nossas terras o chamado marco temporal de 1988. Alertamos a Senhora que esta é mais uma manobra e que vem sendo alimentada pela Advocacia Geral da União (AGU), órgão do seu governo.

Nós, povos indígenas, exigimos da presidente da República e sua base de governo uma posição contrária a esses projetos genocidas e a proposta do marco temporal. Além disso, Senhora Presidente da República, o Ministério da Justiça e a Funai devem realizar a desintrusão da Terra Indígena Rio dos Índios, e que se faça o levantamento fundiário da Terra Indígena Passo Grande da Forquilha, publique a portaria declaratória da Terra Indígena Kaindóia e da Terra Indígena Irapuá e Mato Preto.

Que a Funai conclua os laudos antropológicos e publique os relatórios das terras indígenas de Lajeado do Bugre, Xingú, Morro do Osso, Mato Castelhanos e Carazinho, Itapuã/Ponta da Formiga/Morro do Coco, Passo Grande/Petim/Arroio do Conde e crie Grupo Técnico de Trabalho (GT) para a identificação e delimitação das terras indígenas Campo do Meio, Faxinal e Katyjug Tegtu (Santa Maria, Três Soitas), que já estão sendo solicitados há anos.

As lideranças indígenas se dispuseram ao diálogo conforme proposto pelo ministro da Justiça, no entanto as tais "mesas de diálogo" não passaram de enganação. Senhora Presidente, alertamos também que não foi cumprido o cronograma de ação da Funai e lideranças indígenas, construído em Passo Fundo, em dezembro de 2011. Os povos exigem que sejam dados passos concretos para o cumprimento da Constituição Federal.

CONT.



A senhora, ao assumir a presidência da República, jurou defender e aplicar a Constituição Federal, mas lamentavelmente não o fez nestes quatro anos. Esperamos que em seu novo mandato seu juramento não seja mais uma vez em vão. Esperamos que a senhora não assuma, como pauta exclusiva, às exigências econômicas e políticas dos segmentos do agronegócio e com isso excluindo de seus direitos os povos indígenas, os quilombolas, os sem terra e as demais comunidades tradicionais que dependem da terra para sobreviver.

Diante disso, nós os povos indígenas Kaingang e Guarani, esperamos que a Senhora determine o cumprimento imediato da Constituição Federal em seus artigos 231, 232, o Art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que diz que "A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição". Passaram-se 26 anos e a maior parte das terras indígenas ainda não foi demarcada. senhora presidente, esperamos da Senhora a mesma atitude com relação aos direitos dos Quilombolas, portanto, que se faça cumprir o Art. 68 das ADCT que assegura "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Esperamos que seu novo governo atue efetivamente para garantir aos povos indígenas, quilombolas, às comunidades do campo, das matas e das águas os direitos constitucionais. Que seu juramento sobre a Carta Magna não seja mais uma vez em vão. Por isso, Senhora Presidente, o diálogo sereno e tranquilo é o início de tudo. Propomos, desde logo, que a Senhora receba em audiência nossas lideranças, especialmente das comunidades que vivem em situação de acampamento e em retomada de terra tradicional, para que ouça as nossas palavras, ouça nossos sofrimentos e tome decisões corretas para garantir os nossos direitos.

Confiamos num governo mais sério e comprometido com as causas dos que mais sofrem.

Passo Fundo, 31 de outubro de 2014.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Acusado de decapitar homem em reserva indígena é preso

SÍTIO BAHIA POLÍTICA, 2.11.2014

José Arlânio Ferreira dos Santos, 20 anos, foi detido na cidade de Pau Brasil e confessou o crime de ter decaptado um índio

O crime ocorreu no dia 26 de outubro após uma bebedeira na reserva Caramuru Paraguaçu. Segundo a delegacia local, a vítima, José Raimundo Rosa Santos foi golpeado 22 vezes dentro de casa e teve a cabeça coratada. A mulher e mais uma pessoa estavam na residência no momento do crime, mas não ouviram nenhum barulho.

Santos afirmou que decapitou o índio porque estava sendo ameaçado de morte pela vítima que estava com muita raiva.





Lideranças Kaingang e Guarani se posicionam contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena

SÍTIO CIMI, 2.11.2014



Nós, lideranças Kaingang e Guarani do Rio Grande do Sul, reunidas em Passo Fundo, nos dias 30 e 31 de outubro, refletimos e discutimos sobre a proposta do Ministério da Saúde de criação de um Instituto Nacional de Saúde Indígena.

Durante a reunião as lideranças repudiaram a pretensão governamental por entenderem que se trata de uma estratégia de terceirização e privatização da saúde indígena e que isso fere diretamente o direito dos povos indígenas a um sistema de saúde específico e diferenciado, ligado ao Sistema Único de Saúde.

As lideranças consideram a proposta do governo como um desrespeito à luta histórica dos povos indígenas por um subsistema de saúde diferenciado, garantido sobretudo pela Constituição de 1988 e pela Lei Arouca.

O Ministério Público Federal se posicionou contra o INSI e nós concordamos com esse posicionamento porque a proposta segue na contramão das instâncias de controle social, conquistadas sofridamente pela luta dos indígenas no passado.

Ressaltamos que a nossa proposta é de fortalecimento da Sesai, pois ela é conquista nossa e não vamos permitir que tirem dos povos indígenas tudo que conquistamos.

Exigimos mais diálogo e não aceitamos que apenas pessoas que administram os distritos tenham possibilidade de se manifestar. Não fomos consultados, não nos convidaram para tratar do tema.

Reafirmamos que somos contra o INSI e a favor do Subsistema de Atenção Diferenciada. Queremos uma Sesai fortalecida e não aniquilada por uma proposta que visa, na prática, a transferência das obrigações pela assistência à saúde para terceiros. E nós sabemos que nisso tudo há interesses econômicos, pois os recursos disponibilizados para a atenção à saúde aumentaram significativamente nos últimos anos e é nestes recursos que estão focados os interesses da iniciativa privada.

Nós lideranças Kaingang e Guarani exigimos respeito e diálogo. Não nos ouviram. Nós somos contra o Instituto Nacional de Saúde Indígena.

Passo Fundo, 31 de outubro de 2014.



Mulher nua encontrada com 35 facadas era liderança e lutava por causa indígena
SÍTIO HOJE MAIS, 2.11.2014

Marinalva foi uma das lideranças que participou do grupo de 40 pessoas que esteve recentemente em Brasília

A indígena encontrada morta com 35 golpes de faca na BR-163, em Dourados, a 225 quilômetros de Campo Grande, na manhã deste sábado (01), foi identificada como Marinalva Manoel, de 27 anos. Segundo membro da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani-Kaiowá), a vítima era uma líder Guarani-Kaiwoia.



De acordo com nota divulgada no blog Amazônia Legal Em Foco – Tekoha, Marinalva foi uma das lideranças que participou do grupo de 40 pessoas que esteve recentemente em Brasília em defesa dos direitos territoriais dos índios do Estado.

A vítima era uma das líderes que lutava pela terra Nhũ Verá, tekoha (território sagrado) dos índios da aldeia Nheporã, onde Marinalva morava.

Conforme o boletim de ocorrência registrado na Depac (Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário) de Dourados, a indígena foi encontrada sem roupa e com marcas de facadas na região tórax, pescoço, rosto e mão esquerda, que para a polícia significa que a vítima tentou se defender.

O corpo foi encaminhado para o IML (Instituto Médico-Legal), onde deverá ser submetido a exame de necropsia, que comprovará se houve abuso sexual. O caso será investigado pela 2ª Delegacia de Polícia da Cidade.

I Seminário de Cerâmica Indígena do MI
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 3.11.2014

Museu do Índio



As inscrições já estão abertas e as vagas são limitadas. O evento, promovido pelo Museu do Índio, acontecerá de 04 a 08 de novembro, durante a Semana Nacional da Cultura.

A iniciativa terá como objetivo incentivar o debate e o interesse sobre essa forma de arte. O seminário pretende, também, estimular o saber fazer, por meio de atividades de interação do público, com 10 ceramistas indígenas de diversas etnias. Além disso, os participantes terão a oportunidade de conhecer o rico acervo de objetos cerâmicos do Museu do Índio.

Durante os cinco dias do seminário, serão realizadas oficinas, debates e exibição de filmes, além de uma mostra de peças para venda. O evento contará com a presença de lideranças indígenas e renomados pesquisadores.

Realização Museu do Índio/ FUNAI, em parceria com UNESCO, UNESP, Sociedade dos Amigos do Museu do Índio.

[Clique aqui para conhecer a programação completa.](#)

Inscrições abertas. Vagas limitadas. Certificado de participação.

Investimento: Profissionais- R\$200,00 Estudantes – R\$100,00

Informações: (21) 3214 8718 ou pelo email: estudos.pesquisas@museudoindio.gov.br

Rua das Palmeiras, 55, Botafogo – RJ

EM EXPOSIÇÃO NO MUSEU DO ÍNDIO

NA LOJA ÍNDIO & ARTE/MOSTRA DE VENDA: Peças de cerâmica das etnias Karajá, Suruí, Asurini, Guarani, Terena, Kadiwéu e outras na loja Índio&Arte.

NO ESPAÇO MUSEU DAS ALDEIAS/EXPOSIÇÃO: Ashaninka, o Poder da Beleza apresenta, por meio de mitos, fotos e objetos de uso ritual e cotidiano, a riqueza da cultura desse povo que habita a região de fronteira com o Peru, no Acre.



Professores indígenas incentivam jovens

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 3.11.2014

A conscientização de participar do processo eleitoral no país está acontecendo cada vez mais cedo entre os povos indígenas. O trabalho é realizado por professores que repassam aos jovens estudantes não só a importância da manutenção de sua cultura milenar mas também os direitos e deveres que eles têm como cidadãos brasileiros.

Um destes professores é Marcelo Alves Terena Coguipepa, 31 anos, pertencente a aldeia Tadarimana. O educador do ensino fundamental tem a convicção de estar cumprindo seu papel ao orientar os estudantes sobre a importância de exercer a cidadania. "O direito ao voto é algo que conquistamos com nossa luta e ele precisa ser exercido. Os jovens Bororos devem ter consciência de que precisam participar ativamente das políticas públicas do país, dando sugestões, opiniões e debatendo questões locais".

A politização entre as etnias vem aumentando a medida em que os indígenas percebem que sua participação faz diferença, segundo avaliação de Maria das Graças Gomes da Costa, juíza eleitoral da 45ª ZE de Rondonópolis. "As eleições são sempre um momento histórico e a cada ano vai aumentando a percepção do eleitor indígena de que seu voto pode fazer a diferença para sua comunidade. Ele está disposto a participar e ser conhecido como cidadão de direito, que ele realmente é", destaca a magistrada.

As eleições na aldeia Tadarimana contaram com a ajuda de servidores da Justiça Eleitoral, Polícia Federal e de voluntários de órgãos de apoio aos indígenas. O cacique Cícero Kudoropa explica que a tranquilidade faz parte da cultura local. "A pessoa vem com o seu título, vota e vai embora em paz. Os policiais garantem a segurança". O cacique realiza reuniões com os eleitores bororos, 171 no total, para esclarecer a importância do voto e garante. "Nos próximos anos tentaremos fazer as eleições com 100% de mesários indígenas. O pessoal do cartório eleitoral nos ensinou muitas coisas".

Dos três mesários da sessão, dois são indígenas. Um deles é Leandro Wabo, que trabalha pela segunda vez ajudando a organizar as eleições. Para ele, trabalhar com a democracia é uma motivação para seus alunos. Como professor ele busca incentivar os estudantes a acompanhar as propagandas eleitorais, ver os projetos apresentados e votar com responsabilidade. "Os jovens precisam aprender a analisar as propostas, saber as que são importantes para a nossa população, para o futuro do país e de nosso povo".

PIONEIRISMO

A Tadarimana foi uma das primeiras terras indígenas a ser inserida no processo eleitoral em Mato Grosso. Um dos motivos é a localização, a 35 km de Rondonópolis, em estrada de fácil

CONT.



acesso. As eleições acontecem em uma escola de ensino fundamental que funciona dentro da reserva indígena e recebe também eleitores das aldeias Praião, Pobore e Jurique, todos da etnia Bororo.

Trabalhando na Tadarimana há 20 anos, o servidor da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Francisco de Paula, realiza um trabalho eleitoral voluntário com os indígenas, que vai desde a orientação do voto consciente até a ajuda na organização do pleito eleitoral. Sua missão começou com a necessidade da Justiça Eleitoral de ter alguém que tivesse ligação com a aldeia. Como conhece muito bem as tradições e costumes dos Bororos e é muito respeitado dentro da reserva, ele foi escolhido.

Francisco comemora o fato da maior parte dos Bororos da região de Rondonópolis estarem regularizados com a Justiça Eleitoral e tem a certeza de que cumpriu bem seu papel. "Sempre oriento sobre a importância do voto e eles vão repassando essas informações, um eleitor vai puxando o outro. Hoje eles já sabem que podem escolher, cobrar suas necessidades. A consciência política aumentou muito. Eles não votam mais por obrigação, e sim porque gostam".

TRE MT



Candidatos negros e índios ao concurso da AEM/MS realizam hoje entrevista

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 3.11.2014

Segundo editais, candidatos negros e índios deverão comparecer para a entrevista às 14h

A Agência Estadual de Metrologia de Mato Grosso do Sul (AEM/MS) publicou no Diário Oficial do Estado do dia 29 de outubro editais referentes ao concurso de provas e títulos da Agência, convocando candidatos que se declararam negros e índios no ato da inscrição para entrevista.

Segundo os editais 16 e 17, os candidatos negros e índios deverão comparecer para a entrevista hoje, 3 de novembro, às 14 horas, na Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (Escolagov), na avenida Monte Castelo, 269, no bairro Monte Castelo.

Confira os editais na íntegra e relação dos candidatos nas páginas 4 e 5 do Diário Oficial do dia 29 de outubro e no site de Concursos.

Documento final do 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena
SÍTIO CIMI, 3.11.2014



Nós, professores, professoras e lideranças indígenas, representantes de 52 povos de todas as regiões do Brasil, reunidos no Centro de Formação Vicente Cañas, no 2º Encontro Nacional sobre Educação Escolar Indígena, debatemos e refletimos a situação da educação indígena e a educação escolar indígena no Brasil.

Considerando toda a caminhada das comunidades, professores e lideranças de todo o Brasil, nós professores indígenas, somos os pioneiros em abraçar a causa de uma verdadeira educação indígena e neste 2º Encontro, soltamos os nossos gritos de guerra "Educação é um Direito, mas tem que Ser do Nosso Jeito" e "Direitos Conquistados não podem ser negados".

Durante esses quatro dias analisamos a conjuntura política nacional e percebemos o aprofundamento do ataque aos nossos direitos. Diante disso, protocolamos no Palácio do Planalto um documento, onde apontamos as dificuldades que encontramos para podermos fazer uma educação específica, diferenciada e de qualidade nas comunidades. Sabemos que a educação escolar indígena já é um direito conquistado e que vem sendo negado; conhecemos sobre o Modelo de Educação Própria, ouvindo sobre a experiência do povo indígena Shuar, do Equador; refletimos sobre a escola colonizadora, que tem o currículo como conteúdo e a escola descolonizada, que tem o currículo como identidade; e refletimos ainda sobre sistemas abertos. Dessa forma, entendemos a Educação Escolar Indígena como um foco principal da nossa realidade, na luta pela sobrevivência em nossos territórios, pelos nossos saberes, pelas tecnologias, nossos modos de produção e nossas cosmologias.

Diante dos fatos acontecidos nas escolas dentro das aldeias, viemos repudiar a omissão dos Estados e Municípios, que não priorizam o investimento de recursos nas escolas indígenas, as

CONT.



interferências que vem sendo impostas como obstáculos para não sistematizar os currículos indígenas no sistema nacional de educação; a não consulta e participação ativa dos povos indígenas na criação das Universidades Indígenas e outras instâncias públicas; a não participação de professores e lideranças indígenas na reformulação dos currículos.

Queremos através deste documento dizer aos governantes, que as nossas escolas indígenas sejam reconhecidas e respeitadas, obedecendo os sistemas de educação próprio de cada povo, cada um com suas especificidades, no seu modo de ser, viver, se organizar, de relacionar com o sagrado, reconhecendo nossas bibliotecas que oferecem nossos livros práticos, as nossas disciplinas tradicionais que se encontram dentro dos nossos territórios. Que as esferas federal, estaduais e municipais reconheçam a autonomia das escolas indígenas.

Este encontro foi para nós um fortalecimento cultural tratando com muito respeito, delicadeza o conhecimento e as sabedorias dos nossos ancestrais.

Indígena permanece em árvore há mais de 24 horas

SÍTIO ANASTÁCIO NEWS, 3.11.2014



Indígena José Urutal continua em cima da árvore
(Foto: ABr)

O indígena José Urutal, da tribo Guajajara, continua, na manhã de hoje, em cima de uma árvore dentro do terreno do antigo Museu do Índio, próximo ao Estádio do Maracanã, no Rio. O indígena, de 54 anos, já está na copa da árvore há mais de 24 horas.

Ele faz parte do grupo de manifestantes que havia ocupado o prédio no último domingo e foi retirado ontem por policiais militares do Batalhão de Choque.

Aproximadamente 50 manifestantes cantam músicas indígenas e exibem cartazes de apoio ao índio, conhecido como Zé Guajajara. Eles lançaram frutas e água para o indígena por meio de uma corda. Todos passaram a noite e a madrugada embaixo da árvore.

De acordo com o comandante da operação do Batalhão de Choque (BpChoque) , major Átila Pinto, pelo menos 30 policiais estão no entorno do prédio para impedir que os manifestantes voltem a ocupar o espaço, que ficou conhecido como Aldeia Maracanã. A polícia isolou a área com grades para impedir a aproximação de militantes.

Até o momento, 24 manifestantes foram encaminhados às delegacias de São Cristóvão, na zona norte, e à Praça da Bandeira, no centro da cidade. Eles foram autuados por resistência à desocupação do prédio do antigo Museu do Índio. O grupo prestou depoimento e foi liberado.

Fonte: Agência Brasil



Justiça Federal dá prazo de 15 dias para Funai continuar demarcação da Terra Sawré Muybu

SÍTIO CEDEFES, 3.11.2014

Terra indígena Munduruku que seria alagada pela usina de São Luiz do Tapajós está com a demarcação paralisada desde o ano passado

A Justiça Federal deu 15 dias de prazo para a Fundação Nacional do Índio (Funai) apreciar e publicar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos índios Munduruku, em Itaituba, oeste do Pará. O relatório está pronto desde 2013 e é etapa fundamental do processo de demarcação da terra indígena, que será diretamente impactada caso o governo construa a usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, com alagamento de aldeias, florestas e cemitérios.

O procedimento de demarcação se arrasta há 13 anos e foi paralisado inexplicavelmente ano passado quando quase todos os trâmites administrativos já estavam concluídos. O juiz federal Rafael Leite Paulo, da Vara Federal de Itaituba, questionou a Funai antes de decidir sobre a demarcação. A Funai respondeu que não tem prazo definido para dar prosseguimento à demarcação e que não o fez porque estava priorizando demarcações nas regiões nordeste, sul e sudeste do Brasil.

“Observa-se que o processo está parado sem um fundamento válido, mas tão somente invocando uma genérica e vazia alegação de priorização das regiões centro-sul, sudeste e nordeste e assim, os direitos dos indígenas seriam perpetuamente postergados, uma vez que as prioridades estabelecidas não abarcaram o processo demarcatório da terra indígena Sawré Muybu”, diz a decisão judicial.

O processo de demarcação da área citada, com pouco mais de 178 mil hectares, teve início formal em 31 de janeiro de 2001. Na ocasião, a presidência da Funai constituiu o primeiro grupo técnico para realizar estudos e levantamentos preliminares para identificação das aldeias Munduruku situadas ao longo da calha do Tapajós. Já em 2007, a presidência da Funai reinstituiu o Grupo Técnico para realizar os estudos de identificação e delimitação. O Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) está pronto desde 13 de setembro de 2013.

Mas a Funai descumpriu o rito legal previsto para o procedimento de demarcação e deixou de publicar o resumo do relatório no Diário Oficial da União e paralisou a demarcação quando a Terra Indígena Sawré Muybu já estava com toda a documentação pronta para homologação e registro. A demora na demarcação provoca inúmeros danos aos Munduruku do médio Tapajós, ameaçados constantemente por invasões de madeireiros e garimpeiros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Estudos feitos pela própria Funai (na Coordenação Regional do Tapajós) demonstram, através de imagens de satélite, a existência de vários ramais clandestinos abertos por madeireiros para desmatamento ilegal no interior da terra indígena. Outro grave prejuízo é que a área Sawré Muybu deve ser alagada pelas usinas hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, que o governo quer construir no rio. Com a demora no reconhecimento no território que ocupam secularmente, os moradores da Sawré Muybu, maiores prejudicados pelos projetos governamentais, não terão reconhecido seu direito à consulta e compensação.

O processo tramita na Vara Federal de Itaituba com o número 1258-05.2014.4.01.3908

Fonte: MPF PA



Assassinada liderança Guarani Kaiowá Marinalva Manoel

SÍTIO CEDEFES, 3.11.2014

Aty Guasu denuncia assassinato da liderança Kaiowá Marinalva Manoel e pede providências ao MPF

O Conselho da Aty Guasu enviou carta (abaixo) a Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, e ao Procurador da República em Dourados, Marco Antonio Delfino, sobre a morte da liderança Kaiowá Marinalva Manoel, de 28 anos.

Uma das integrantes da comitiva que esteve em Brasília semana passada para exigir dos poderes públicos a demarcação das terras Guarani e Kaiowá, Marinalva foi encontrada na manhã de ontem (01/22) na margem da BR-163, despida e assassinada com diversas facadas.

Reunido na Terra Indígena Nhuporã, o Conselho da Aty Guasu exige, na carta, "investigação justa" para a morte de Marinalva Manoel, "pois a mesma já vinha sofrendo várias ameaças de morte". A carta continua:

"Assim como todos nós povo Guarani e Kaiowá que estamos sofrendo ameaças de morte, ameaças de despejo, ameaças de invalidação dos laudos antropológicos de nossas Terras Indígenas Tradicionais decidimos que não vamos aceitar essa impunidade pacificamente, chega de morte Kaiowá".

Seguem as assinaturas de 19 lideranças.

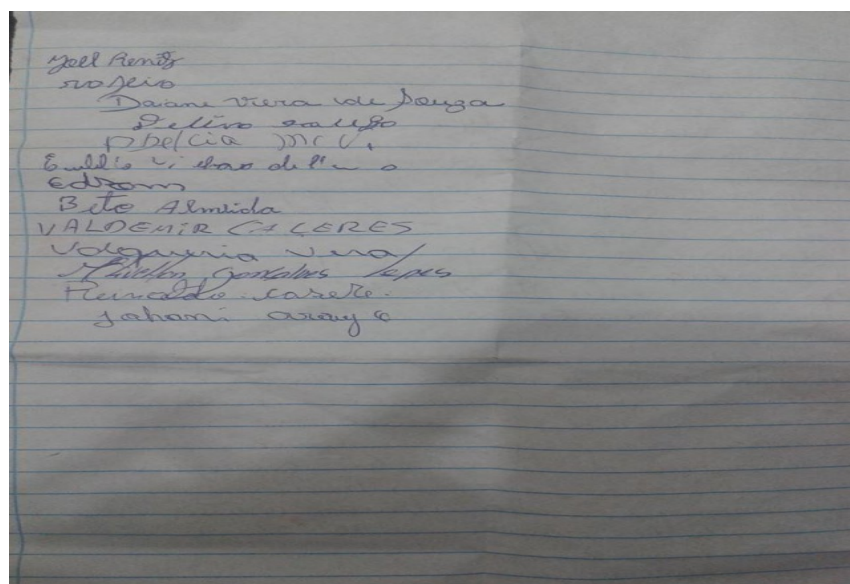
Terra Indígena Nhuporã - Dourados - MS
à Senhora Deborah Duprat - MPF - Brasília
ao Senhor Marco Antonio Delfino - MPF - Dourados
01 de novembro 2014 - O Conselho da
Aty Guasu reunidos hoje na Terra
Indígena Nhuporã onde a 1 km de a nossa
representante Marinalva Manoel foi
cruelmente assassinada na ribeira de Dourados
que a mesma tem lutado junto com
seu povo há 44 anos de espera de
demarcação da Terra Indígena Nhuporã
conhecida como Mudas MS
Reivindicamos a investigação e
justiça pela morte cruel de Marinalva
Manoel Kaiowá pois a mesma já vinha
sofrendo várias ameaças. Assim como
todos nós povo Guarani e Kaiowá que
estamos sofrendo ameaças de morte
ameaças de despejo, ameaças de
invalidação de laudos antropológicos de
nossas Terras Indígenas Tradicionais
decidimos que não vamos aceitar essa
impunidade pacificamente, chega de
morte Kaiowá.
Conselho Aty Guasu
Valdineia Vitor Kaiowá - Aty Guasu
Cacique João Vitor Cavallieri - Taquara
Natali Vilhena - Aty Guasu
Eliane Lopes - Conselho Aty Guasu
João Vitor
Odalva Daniel

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.



Fonte: <http://racismoambiental.net.br>



CPT denuncia paralisação da Reforma Agrária em carta à Dilma Rousseff

SÍTIO CEDEFES, 3.11.2014

Em carta enviada à presidenta Dilma Rousseff, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia a lentidão da Reforma Agrária, das demarcações das terras indígenas e da violência no campo.

"[No seu governo] foi efetuado o menor número de desapropriações dos últimos 20 anos. Também não foi feita a retomada das áreas devolutas e da União que estão nas mãos de grileiros.

Atribuímos isso à total falta de interesse político de seu governo em relação a este tema. São claramente privilegiados os interesses de grupos ruralistas que estão entre os principais que sempre comandaram e desmandaram sobre este país.

Estes grupos alinhados ao modelo desenvolvimentista predador estão entre os responsáveis pela devastação ambiental dos nossos biomas, com o desmatamento e a utilização intensiva de agrotóxicos que suprimem a proteção vegetal e contaminam solos, águas, ar e trabalhadores e trabalhadoras".

A entidade afirma que espera um novo governo voltado para as causas populares, aberto ao diálogo e que possa dar cabo destes problemas.

"Senhora Presidenta, podemos esperar de sua parte uma atuação ativa para garantir aos povos dos campos, das águas e das florestas seus direitos constitucionais, sobretudo de acesso às terras e aos territórios que historicamente lhes pertencem e dos quais foram esbulhados? Ou vamos continuar assistindo a uma atuação de cunho colonialista, que vê nestes povos e comunidades simplesmente "entraves ao desenvolvimento", ao 'crescimento'? "

Esperamos de V. Excia. um governo renovado, mais comprometido com as causas populares, que estavam na origem de seu partido. De nossa parte conte com este nosso apoio: continuar ao lado dos camponeses e camponesas do Brasil, em suas lutas e esperanças".

Abaixo, confira a carta na íntegra:

Carta Aberta Para a Sra. Presidenta da República Dilma Rousseff

Excelentíssima Senhora,

A Comissão Pastoral da Terra, CPT, reunida em Conselho Nacional, em Luziânia-GO, entre 27 e 29 de outubro de 2014, dirige-se respeitosamente a V. Excia. para, em primeiro lugar, parabenizá-la pela reeleição e desejar-lhe um novo mandato profícuo e benéfico para toda a nação brasileira, de modo especial para os menos favorecidos, já que foram estes a maioria dos que a reelegeram. Por isso merecem uma atenção toda especial de sua parte.

CONT.



Atendendo à sua abertura e solicitação para o diálogo, expresso em seu primeiro pronunciamento após a vitória nas eleições, queremos apresentar-lhe situações e questões nacionais que passaram ao largo de toda a campanha eleitoral e que, agora, forçosamente, se tornam em alertas e reivindicações. São situações, questões e reivindicações dos povos dos campos, das águas e das florestas com quem a CPT atua e apoia.

A Senhora ao assumir a presidência jurou, e novamente vai jurar, defender e aplicar a Constituição Federal. Esta, em seu artigo 184, diz que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”.

Constatamos que, sobretudo em seu mandato atual, no que exige este artigo, a Constituição foi tratada como letra morta, pois foi efetuado o menor número de desapropriações dos últimos 20 anos. Também não foi feita a retomada das áreas devolutas e da União que estão nas mãos de grileiros.

Atribuímos isso à total falta de interesse político de seu governo em relação a este tema. São claramente privilegiados os interesses de grupos ruralistas que estão entre os principais que sempre comandaram e desmandaram sobre este país.

Estes grupos alinhados ao modelo desenvolvimentista predador estão entre os responsáveis pela devastação ambiental dos nossos biomas, com o desmatamento e a utilização intensiva de agrotóxicos que suprimem a proteção vegetal e contaminam solos, águas, ar e trabalhadores e trabalhadoras.

Provocam ainda o secamento e morte de nascentes e rios, e o rebaixamento de lençóis freáticos e aquíferos. A destruição dos Cerrados compromete a segurança hídrica atual e futura, o que já se evidencia na crise de abastecimento de várias regiões do país, que não se pode atribuir simplesmente à falta de chuvas. Ao se expandir para a Amazônia, este modelo chega à última fronteira, agrava a crise ecológica e nos põe a temer ainda mais pelo futuro...

Seu governo e os do Presidente Lula, tidos como “populares”, nos quais – acreditava-se – fariam a diferença, em relação aos anteriores, para os povos do campo, acabaram se submetendo às exigências econômicas e políticas do agronegócio e deixaram milhares e milhares de famílias em situações mais que precárias, desumanas, em acampamentos à beira de estradas.

Senhora Presidenta, a retomada da Reforma Agrária, ressignificada, efetiva e melhorada, é uma medida mais que urgente que seu novo governo deve tomar, pois ela irá melhorar os índices da produção familiar, que já é responsável por 70% dos alimentos consumidos no País.

Uma política de maior apoio aos camponeses e camponesas das várias categorias existentes no País, potencializará uma produção alimentar qualitativamente diferente, saudável e harmônica com os bens da terra.

CONT.



Os programas de seu governo – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – provam a eficácia da agricultura familiar, responsável principal pela saída do Brasil do mapa mundial da fome, segundo a ONU em recente relatório.

Outro dispositivo constitucional, que deve ser aplicado com firmeza e determinação e com a maior urgência, é o Art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que diz que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”.

Passaram-se 26 anos e a maior parte das terras indígenas ainda não foi demarcada. E o mais lamentável é que seu governo tenha determinado a suspensão da identificação das Terras Indígenas, propondo “mesas de conciliação”, que são uma forma de reduzir ou mesmo eliminar o direito à terra dos povos e comunidades, pois, como bem se sabe, “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”...

Dezessete decretos de homologação de Terras Indígenas estão sobre sua mesa só aguardando sua assinatura, Presidenta! Outros tantos estão sobre a mesa do Ministro da Justiça para encaminhamento. Isso demonstra a falta de sensibilidade em relação a esta causa, que é de todos nós.

A isso se soma a tentativa de retirar da FUNAI a competência para a identificação e demarcação dos territórios indígenas, repassando-a a órgãos que pouco ou nada sabem da realidade e história indígenas.

Com isso crescem os conflitos, carregados de violência, com aumento do número de assassinatos e que colocam os primeiros habitantes deste País numa situação de inferioridade, a perpetuar o massacre da época colonial.

O mesmo acontece em relação aos quilombolas. O artigo 68 das ADCT dispõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. No seu primeiro mandato, esta determinação também não foi praticamente efetivada, fazendo crescer o número de conflitos envolvendo estas comunidades.

Os interesses do agronegócio – com suas monoculturas de soja, cana de açúcar, gado, eucalipto e outros –, o das mineradoras e a aposta em grandes projetos como o de construção de barragens e outras obras de energia, se sobrepõem aos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, das comunidades de fundo e fecho de pasto, dos pescadores artesanais, dos faxinalenses, dos extrativistas e de outras comunidades tradicionais, e até de assentados e assentadas da reforma agrária, que são expulsos da terra com o consequente desenraizamento das famílias.

Senhora Presidenta, os conflitos e a violência, inclusive com assassinatos de camponeses e camponesas, 130 no seu governo, conforme os dados registrados pela CPT, acobertados pela impunidade, só tenderão a crescer se se mantiverem a inoperância e a corrupção em muitos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

órgãos governamentais, ao par do que fazem ou deixam de fazer o Legislativo e o Judiciário. O INCRA, a Fundação Cultural Palmares, além da FUNAI, devem ser fortalecidos, aprimorando os seus quadros e sua atuação.

Outra situação que merece especial atenção da sua parte é a dos trabalhadores e trabalhadoras submetidos à condição análoga à de escravos. Neste sentido lembramos que a Senhora assinou a Carta-Compromisso, proposta pela Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), de garantir a continuidade e a intensificação do combate ao trabalho escravo, especificamente de que não haja nenhum retrocesso na legislação vigente.

A CPT também se preocupa com a educação no e do campo. Milhares de escolas rurais têm sido fechadas, nos últimos anos, obrigando estudantes a longas viagens para longe de seu meio. Com isso a eles e elas se oferece uma educação descontextualizada que favorece o êxodo rural e o esvaziamento do campo.

Muitas outras escolas que se mantêm abertas estão em condições mais que precárias. Senhora Presidenta, é urgente uma política educacional voltada para a permanência das famílias no campo, com o fortalecimento das Escolas Família Agrícola (EFAs), das Casas Familiares Rurais, das escolas indígenas, das escolas quilombolas e outras do gênero.

Senhora Presidenta, podemos esperar de sua parte uma atuação ativa para garantir aos povos dos campos, das águas e das florestas seus direitos constitucionais, sobretudo de acesso às terras e aos territórios que historicamente lhes pertencem e dos quais foram esbulhados? Ou vamos continuar assistindo a uma atuação de cunho colonialista, que vê nestes povos e comunidades simplesmente "entraves ao desenvolvimento", ao "crescimento"?

Esperamos de V. Excia. um governo renovado, mais comprometido com as causas populares, que estavam na origem de seu partido. De nossa parte conte com este nosso apoio: continuar ao lado dos camponeses e camponesas do Brasil, em suas lutas e esperanças.

Luziânia, 29 de outubro de 2014.

Dom Enemésio Lazzaris

Presidente

Fonte: CPT



Amigos de quilombola de Rio dos Macacos assassinado fazem marcha de protesto
SÍTIO GGN, 3.11.2014

Salvador (BA): Amigos de quilombola de Rio dos Macacos assassinado fazem marcha de protesto em Paripe

Por Josias Pires / Foto Ismael Silva

A luta pelo fim das desigualdades sociais, pelo fim do culto à violência e por Justiça só terá êxito se mobilizar a cada um de nós e a todos nós juntos.

No dia de Finados, em geral, todos nós temos os nossos mortos a reverenciar, geralmente em silêncio e, algumas vezes, ate mesmo sozinhos. Mas para um indignado grupo de jovens e crianças, adultos e idosos do quilombo de Rio dos Macacos este domingo de finados (02) foi um dia de protesto e para clamar por Justiça no caso do assassinato de Moisés Araújo dos Santos, 20 anos, filho do líder quilombola de Rio dos Macacos Zezinho (José Araújo dos Santos).

Moisés deixou uma filha de seis meses de idade, levada pela mãe para a passeata, que contou com a presença de quase cem pessoas. O grupo saiu da praça da estação ferroviária, em Paripe, caminhou pelas ruas Dr. Eduardo Dotto e Almirante Tamandaré, passou pela avenida Almirante Mourão de Sá e pegou a Estrada da Base Naval de Aratu indo até a localidade onde ocorreu o assassinato, conhecido como Ilha de São João, nas vizinhanças do quilombo. O fato se deu na última segunda-feira de outubro (27), conforme noticiado [aqui](#)

Foi clamando por Justiça que os quilombolas e seus amigos e amigas fizeram o percurso, de mais de duas horas, tendo à frente um carro-de-som e atrás uma viatura da polícia militar. Ao passar defronte da guarita da Vila Naval da Barragem, por onde se tem acesso ao condomínio residencial de sub-oficiais da Marinha e ao quilombo de Rio dos Macacos, os manifestantes interromperam a pista por alguns minutos e gritaram palavras de ordem contra a matança de jovens negros e a favor da Justiça.

Durante todo o percurso, d. Célia Silva de Souza, a mãe enlutada, evangélica fervorosa, repetia em prantos a última conversa que havia tido com o filho, por telefone, e clamava pela Justiça divina.

A pobreza, a moradia precária, a saúde em petição de miséria, a vida à margem dos direitos sociais e humanos básicos – enfim condições de vida indignas – são o caldo de cultura de desumanidades e desarmonias presentes em tantas dificuldades. Para muita gente só Jesus na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

causa poderá preencher todo o desamparo dessas pessoas diante do poder público insuficiente e do poder privado e incontrolável derivado do mundo das atividades criminosas e/ou indesejáveis.

Que a morte de Moisés Araújo não tenha sido em vão.



Povos Indígenas: "Não queremos toda a América do Sul de volta"

SÍTIO KAOS EN LA RED, 3.11.2014

"Kunhague Mbaraete"- Em debate sobre situação da demarcação de terras indígenas no Brasil, papel das mulheres nas decisões políticas das tribos é destacado

Aconteceu na noite da quinta-feira (30) o evento "Kunhague Mbaraete: as mulheres indígenas na luta pela terra". Realizado na Universidade de São Paulo (USP), o encontro reuniu lideranças femininas das aldeias Tekoha Y'vo, de Guaíra no Paraná, e da Tekoa Tendondé Porã, situada no extremo sul de São Paulo.

Entre as convidadas para o debate estavam as professoras Paulina Martines e Jera Giselda, que participam ativamente das tomadas de decisão de suas tribos. A luta de ambas é comum: ter um pedaço de terra demarcado onde possam plantar, viver e ensinar seus costumes para a próxima geração de seu povo.

Giselda faz parte da liderança desde 2008 e afirma que os homens a receberam bem. Já a vice-liderança dos Tekoha Y'vo reforça que o machismo dentro e fora das aldeias ainda limita a participação das mulheres nesse processo de tomada de decisão.

Crescimento das aldeias

Distante quarenta quilômetros do centro da cidade, a aldeia Tendoné Porã ocupa um espaço de 25 hectares no extremo sul da metrópole. O crescimento da população vivendo ali é considerado seu maior problema, o que reforça a necessidade de uma demarcação definitiva.

"De 20 anos pra cá muita coisa mudou. Lembro quando tínhamos 27 famílias no espaço todo. Hoje temos mais de 180, cerca de mil pessoas. Com isso, você perde muito do que tinha antes, não tem mais espaço para plantar e isso acaba causando inúmeros problemas", contou Giselda.

No mês de abril, Guaranis das seis aldeias existentes em São Paulo fizeram um ato na Avenida Paulista para cobrar a assinatura da demarcação de terras ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. No protesto, mais de mil canetas foram colhidas e enviadas ao seu gabinete em Brasília.

A situação em Guaíra

"Invasão indígena não combina com ordem e progresso", dizia a placa que estava no centro da cidade de Guaíra, na região oeste do estado do Paraná. Os indígenas que deram nome à cidade não são mais bem-vindos ali.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Inúmeros casos de violência foram registrados contra os índios da cidade como sequestros e assassinatos. Uma índia foi estuprada e recebeu um recado claro: “fala pra Funai que nós vamos acabar com eles”. Em outra situação, um grupo de índios foi baleado quando voltavam de um jogo de futebol.

De acordo a líder Paulina, por ser uma cidade pequena e não viver em uma terra demarcada, os índios têm de usar os mesmo serviços públicos que a população branca e isso acaba reforçando o preconceito. “Nós não somos aceitos na sociedade por sermos indígenas”.

Paulina também explica que já foram propostos inúmeros acordos da Usina de Itaipu com a prefeitura para que fosse construída uma espécie de vila indígena. Os índios, porém, não vão aceitar e pretender aguardar até o laudo antropológico para a definição da demarcação.

“A área poderá ser bem maior ou bem menor do que estamos esperando, mas nós não queremos uma vila, tampouco a América do Sul de volta. Queremos um pedaço de terra para que possamos viver, produzir nosso alimentos e ensinar nossos valores”, finalizou.

Brasil sediará em 2015 a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO BLOG DO PLANALTO, 3.11.2014



Depois do sucesso da Copa do Mundo, o Brasil se consolida como sede de grandes eventos esportivos. O próximo desafio será a realização dos I Jogos Mundiais Indígenas (JMI), que acontecerão em setembro de 2015 em Palmas (TO), com a presença de mais de dois mil atletas de 30 países. De acordo com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, a decisão de realizar os I Jogos Mundiais Indígenas em Palmas aconteceu em reunião do Comitê Intertribal realizada na Organização das Nações Unidas (ONU), que referendou a escolha.

“A realização dos Jogos Mundiais Indígenas no Brasil é mais uma oportunidade de mostrar ao mundo a diversidade do Brasil, além de valorizar a riqueza cultural dos povos indígenas e promover outros segmentos do Turismo como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura”, avalia o presidente da Embratur, Vicente Neto.

A Embratur começará a promoção dos Jogos Mundiais Indígenas na WTM, que acontece nesta semana em Londres e reúne cerca de 50 mil visitantes. Além disso, o Instituto incorporará o evento nas demais feiras e ações que realizará até o início dos JMI, em setembro de 2015. “O apoio da Embratur é fundamental para o sucesso dos Jogos. Todo o estado de Tocantins tem um enorme potencial turístico que precisamos promover, além dos já conhecidos Jalapão e o artesanato com capim dourado. Temos cidades históricas e inúmeros locais para o turismo de aventura”, destacou Amastha.

Com o conceito Somos Todos Indígenas, a capital do Tocantins está se preparando para receber atletas de dezenas de etnias de todo o mundo. Foi criada a Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas, responsável por toda a organização do evento. O titular do cargo, Hector Franco, afirma que a conclusão dos projetos e o desenvolvimento das construções das estruturas para receber os Jogos ocorrerão dentro do período estabelecido.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197/ 2014

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Além dos indígenas das Américas, também estarão presentes os povos da Austrália, Japão, Noruega, Rússia, China e Filipinas. Do Brasil, cerca de 22 etnias devem participar da competição. Apenas no Tocantins existem sete etnias com uma população aproximada de 10 mil pessoas. Tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, futebol de campo, xikunahati (futebol de cabeça), natação e atletismo estão entre as modalidades que serão disputadas em Palmas.

Jogos indígenas

Os Jogos dos Povos Indígenas surgiu no Brasil em 1996 em Goiânia, realizado pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, com apoio do Governo Federal. Desde então, houve 13 edições nacionais.

Fonte: Embratur.



Prefeitura apoia curso sobre Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

SÍTIO JORNAL ENTREVISTA, 3.11.2014

Vai ser realizado em Aracruz o 3º Módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas) para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, cujo tema é Conhecendo a PNGATI. O evento acontece na próxima segunda-feira (03/10), de 08h às 12h, no plenário da Câmara Municipal.

Trata-se de um curso modular, com cinco módulos de 40 horas/aula, totalizando 200 horas/aula. Cada módulo ocorre em uma região dos estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, em localidades próximas ou dentro das terras indígenas. No estado capixaba, o curso acontecerá em Aracruz, na aldeia de Pau Brasil de 03 a 07 de novembro.

A realização do curso conta com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Aracruz. Trata-se de uma realização da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena GEF/Pnud/Funai), do Ministério do Meio Ambiente e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

O objetivo da iniciativa é promover as formações em PNGATI, que é de fundamental importância para uma melhor compreensão da Política Indígena – seus objetivos, diretrizes, eixos e instrumentos – e sua implementação.

Nesse sentido, tanto a Funai, quanto o MMA (Ministério do Meio Ambiente), estabeleceram como meta de PPA – Plano Plurianual (2012-2015) a promoção de cursos de formação para 300 gestores indígenas e 300 não indígenas para assim qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

PMA